

ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS: UM DEBATE NECESSÁRIO

Cristiane Pereira da Silva

Instituto Federal Sul-Riograndense

cristianeps03@gmail.com

Evandro de Godoi

Universidade Federal de Pelotas

eyevandro@gmail.com

Eixo 07: Ciências Humanas

Resumo:

A biblioteca deve ser o espaço privilegiado para a disseminação de informação e construção do conhecimento da comunidade a qual atende. Contudo, ao adentrar no cotidiano das bibliotecas percebe-se que há desafios para um atendimento pleno do público-alvo e suas características. Neste artigo, busca-se apresentar a questão da inclusão das pessoas com deficiência na biblioteca. Para tanto lançou-se mão de pesquisa do tipo qualitativa para produzir e analisar os dados a partir de observação em uma biblioteca do município de Santo Augusto/RS. Os resultados demonstram que são muitos os desafios para a concretização de uma proposta de biblioteca inclusiva. Tais desafios são multifatoriais e para seu enfrentamento é necessário conscientização e investimento em políticas públicas de inclusão nas bibliotecas.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Educação inclusiva. Acesso à informação

Introdução

O presente trabalho discorre sobre a necessidade dos sistemas de bibliotecas colocarem em prática os meios cabíveis de facilitação do acesso para todos os cidadãos. Este processo visa incluir os cidadãos com os mais diversos tipos de deficiência, assim como conscientizar as pessoas, tanto as diretamente e indiretamente ligadas à área da biblioteconomia, da arquivologia e profissões relacionadas, como as pessoas em geral, sobre a importância do acesso às bibliotecas por todos os cidadãos e sua inclusão neste espaço, que é um ambiente cultural e que, portanto, deve acolher todos que necessitam e desejam usufruir de seus serviços e informações.

A título de exemplo do que será tratado neste estudo, a questão do acesso começa fundamentalmente nas formas como são estruturados arquitetonicamente os prédios em que se situam as bibliotecas. A estrutura arquitetônica das bibliotecas não deve oferecer empecilhos aos deficientes físicos, uma vez que nos dias atuais, todos os espaços públicos poderiam ser adaptados para os mesmos transitarem livremente por estes espaços, e é um direito de todo deficiente físico, enquanto cidadão, frequentar os ambientes culturais e públicos.

Também se busca abordar neste trabalho sobre as bases que fundamentem a possibilidade de realizar as adaptações necessárias ao cumprimento da acessibilidade, tornando o espaço da biblioteca acessível a todas as pessoas independentemente das limitações físicas que essas possuam, no intuito de demonstrar, mediante a referência a algumas normas acerca de cuidados concretos para com os deficientes em bibliotecas, como já existe uma legislação a respeito do assunto, tornando a sua aplicação um imperativo legal, e como certas normas e critérios aqui apresentados são bastante viáveis de serem aplicados.

Educação inclusiva e acesso ao conhecimento como direito de todos

Se a administração pública diz, na forma da lei, que todos devem ter acesso à informação, então todas as bibliotecas devem ser capazes de acolher seus cidadãos, oferecendo os suportes necessários para sua chegada à biblioteca, como na estrutura física da entrada de usuários.

As bibliotecas podem contribuir, não somente para a disponibilização de documentos aos usuários comuns, mas também para o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência física, bem como para a integração de cada indivíduo e sua convivência com a sociedade, oferecendo condições adequadas a seu acesso.

Como a deficiência não faz parte do nosso universo, a adaptação à nova realidade é sempre dolorosa e muitas vezes irrealizável. Se levarmos em conta que 10% de nossa população é portadora de algum tipo de deficiência, concluiremos que a questão da integração diz respeito a toda sociedade e não só a um número restrito de pessoas. (MELLO, 1997, p.14)

Considerando o percentual de nossa população que é portadora de algum tipo de deficiência, devemos exercer nossa cidadania e fazer o possível para integrá-los dentro da comunidade. Contudo, sabemos que as barreiras arquitetônicas ainda são obstáculos que impedem o deslocamento do deficiente físico na maioria das cidades.

A forma como as pessoas vêem os portadores de deficiência física, não compreende, nem assume que estes são sujeitos que merecem acesso à informação tanto quanto qualquer outra pessoa sem nenhum tipo de deficiência. A estrutura que acondiciona as bibliotecas geralmente são prédios antigos, e que há algum tempo poderiam ter sido adaptados com rampas, bem como elevadores. Somente nos últimos anos, e agora, o tema da acessibilidade tem sido abordado e mostrado com o objetivo de mudar a visão da sociedade em relação a estes sujeitos. Se todos os locais, como arquivos, museus e bibliotecas proporcionassem o acesso aos deficientes físicos, hoje, seria possível que os bens culturais e conhecimento historicamente construídos fossem adquiridos e apreendidos por parcela mais significativa da sociedade, e rumaríamos para a construção de uma nação democrática e menos desigual.

Uma biblioteca com instalações acessíveis a todos faz com que o usuário com deficiência se sinta incluso dentro da comunidade de uma forma mais agradável e humana. O direito de acesso à informação garante que todos os cidadãos possam acessar as bibliotecas e consultar os dados que necessitam.

A legislação assegura a pessoa portadora de deficiência física o exercício de seus direitos básicos, tais como: educação, saúde, trabalho, desporto, lazer, previdência social, transporte, habitação, cultura e os direitos que constam na lei em vigor, que lhes proporciona bem-estar pessoal, social e econômico. A sociedade, em especial os deficientes físicos, deve estar informada e conscientizada sobre os direitos dos portadores de necessidades físicas.

Os órgãos e entidades da administração pública devem incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas aos portadores de deficiência para que avançássemos na produção de conhecimento na referida temática solidificando alternativas para alcançar níveis satisfatórios de inserção da problemática: nas políticas públicas, políticas educacionais, estratégias de atuação, experimentação. Isso significa que as unidades de informação têm compromisso de fomentar o conhecimento e auxiliar os usuários na busca pelo conhecimento, mas para isso devem conscientizar-se da importância que tem a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência para adaptar-se a todos. As unidades de informação, inclusive as bibliotecas, devem adaptar-se as exigências das normas da ABNT, adequando-se aos padrões que possibilitam a inclusão social.

Aspectos metodológicos

Diante dos conceitos expostos, buscou-se realizar um estudo de como se dá o acesso do usuário com deficiência numa biblioteca, onde o que lhe é oferecido dentro da acessibilidade é o de mais básico. Para isso, busquei uma biblioteca na cidade de Santo Augusto, RS, como exemplo, que aqui nesse trabalho será chamada de biblioteca A. Conforme anteriormente exposto no referencial teórico quanto à acessibilidade de uma biblioteca enfatizo como deve ser uma biblioteca adaptável para que o usuário com deficiência consiga buscar a informação com determinada autonomia.

A pesquisa se baseou em bibliografia escrita sobre o assunto e através da observação de usuários que frequentam a biblioteca A. Quanto a uma definição para o método de observação utilizado, encontrei em Marconi e Lakatos (2010) quando falam em observação como técnica que pode ser utilizada na análise do cotidiano, envolvendo pesquisador e objeto de estudo, sendo importante aqui para dar andamento a pesquisa com maior sensibilidade ao espaço que se investiga, bem como aos sujeitos implicados nela.

Resultados e discussão

No decorrer do desenvolvimento das questões levantadas pode ser concluída a pesquisa. Foi possível observar que a biblioteca A apresenta características semelhantes a qualquer biblioteca, atendendo seus usuários com deficiência da maneira que podem, adaptando sua biblioteca com os recursos existentes. Alguns motivos como a falta de espaço impede que a mesma distribua melhor seu mobiliário para permitir o melhor fluxo do usuário implicando diretamente na falta de recursos.

Portanto, através da presente análise foi possível constatar que não seria a falta de empenho dos gestores para adaptar a biblioteca, mas sim a falta de recursos para desenvolver todos os projetos que irão proporcionar um atendimento adequado e de qualidade para seus usuários.

A principal observação constatada na biblioteca A, foi a necessidade de reestruturar seu espaço físico para os usuários que utilizam cadeira de rodas possam ter livre acesso a unidade. Como a biblioteca não atende a todos os requisitos da NBR 9050:2004, sugiro algumas mudanças que irão proporcionar uma adequação. São elas:

a) Ampliação do espaço físico para garantir a circulação adequada dos cadeirantes e demais usuários;

b) Mudança do tipo de porta instalada na entrada da biblioteca, para uma automática que abra com sensor na presença do usuário, com a largura suficiente para passagem de usuário cadeirante;

c) Ampliação da sala de estudos para a circulação de cadeirantes.

d) Treinamento dos atendentes da biblioteca para saber se comunicar em libras para facilitar a comunicação com usuários deficientes auditivos;

Diante das sugestões acima, acredito que assim possa melhorar a relação da biblioteca com seus usuários com deficiência e conseqüentemente com todos os demais usuários.

Conclusão ou Considerações Finais

Tendo em vista as conclusões da pesquisa até aqui elaborada, o presente estudo defende que as bibliotecas, tanto a nível regional, quanto a nível nacional e, preferencialmente, a nível global, devem investir nas sinalizações que atendam tanto usuários cegos, com baixa visão, daltônicos, surdos e portadores de outras deficiências tantas quais seja possível este recurso abranger. É necessário disponibilizar comutação bibliográfica em versão digital para atender os mesmos.

Com todas as orientações trabalhadas no decorrer do trabalho, acredita-se que o mesmo venha ser importante para o desenvolvimento da acessibilidade em bibliotecas. Lembrando que acessibilidade deve estar presente em todos os locais, fazendo parte da sociedade como uma característica, e não como uma nova forma de evidenciação das diferenças concernentes aos indivíduos em relação uns aos outros, naturalmente existentes em uma sociedade que, todavia, é legislada e administrada sob princípios igualitários, que sirvam como pontos negativos nesta evidenciação, reciclando os discursos de exclusão.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos. Rio de Janeiro, 2004.

BARROS, Paulo. **A biblioteca pública e sua contribuição social para a educação do cidadão**. Ijuí: Unijuí, 2002.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL. Decreto lei nº 5.526, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/97181/decreto-5296-04>> Acesso em: Abr. de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 12. **Biblioteca escolar**. Brasília: Ed. UNB, 2009.
COSTA, Gabriela R. V; MAIOR, Izabel M. M, de L; LIMA, Niusarete M. de. **Acessibilidade no Brasil**: uma visão histórica. Disponível em: <
http://www.prodam.sp.gov.br/multimedia/midia/cd_atiid/conteudo/ATIID2005/MR1/01/AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf> Acesso em: Abr. de 2013.

COUTINHO, Johny Franklins Pereira; SILVA, Alba Lígia de Almeida. Analisando as condições de acessibilidade para usuários com deficiência física numa biblioteca universitária em João Pessoa. **Biblionline**, João Pessoa, v.8, n. esp., p. 3-17, 2012.

CUNHO, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga Maciel. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 20, p. 54, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.